

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.391 - SP (2019/0248672-1)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : ROBSON PAULO FERRANTI (PRESO)**  
**ADVOGADOS : JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR E OUTRO(S) - SP125337**  
**PAULO ANTONIO SAID - SP146938**  
**GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

*Apelação criminal Tráfico de drogas Sentença condenatória pelo art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, e art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, em concurso material de infrações.*

*Recurso da Defesa Pleito preliminar de nulidade em razão da invasão de domicílio sem mandado judicial. No mérito, buscou-se a absolvição por insuficiência probatória ou pela aplicação do dito 'princípio da insignificância'. Subsidiariamente, pleito de redução da pena.*

*Tráfico Materialidade e autoria comprovadas Apreensão de 01 porção de maconha (16,3 gramas) Versão do acusado que não encontra amparo nos autos Policiais Militares que apresentaram versões coesas e harmônicas entre si, relatando que, estavam em patrulhamento, quando notaram que um adolescente saiu correndo ao perceber a presença policial e entrou em uma casa. O adolescente foi abordado, sendo que em seu poder foi localizada grande quantidade de dinheiro, tendo ele admitido informalmente que no interior da residência havia mais dinheiro, além de entorpecentes e uma arma de fogo O acusado era o locatário do imóvel Tráfico de drogas evidenciado pelo conjunto probatório colhido.*

*Art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03 Materialidade e autoria comprovadas Apreensão de 01 arma de fogo, tipo revólver, calibre 38, com a numeração suprimida, de uso permitido, bem como 05 cartuchos íntegros calibre 38, além de 20 cartuchos íntegros calibre 32, e, ainda, 24 cartuchos íntegros calibre 380.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Dosimetria Penas-bases justificadamente fixadas acima do mínimo legal Na segunda fase, reconhecimento da circunstância agravante da reincidência Na terceira fase, ausentes causas modificativas. Reajuste das penas pecuniárias.*

*Concurso material bem reconhecido.*

*Regime inicial fechado mantido, eis que justificado, e por ser o mais adequado.*

*Preliminar rejeitada.*

*Recurso parcialmente provido, apenas para reduzir a quantidade de dias-multa.*

*Determinação de expedição de mandado de prisão, após o decurso de prazo para interposição de embargos de declaração ou embargos infringentes, ou, se houver, forem rejeitados. (e-STJ fl. 585)*

Sustenta o recorrente a violação dos arts. 59 e 33 do Código penal e 157 e 387 do CPP alegando, em síntese, a nulidade da condenação embasada em prova ilícita (invasão de domicílio). Aduz, também, que a autoria não ficou comprovada, que o caso em apreço comporta a aplicação do princípio da insignificância e que não há fundamentação idônea para a avaliação desfavorável dos vetores judiciais da personalidade e consequências do delito.

Contrarrazões às e-STJ fls. 701/715.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do agravo às e-STJ fls. 761/768.

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar, em parte.

Inicialmente, registre-se que, nos termos da Súmula n. 568 desta Corte, "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

É assente a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de

# *Superior Tribunal de Justiça*

que o tráfico ilícito de drogas é delito permanente, protraindo-se no tempo o estado de flagrância.

O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (*ut*, RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010).

É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio (*ut*, REsp 1.558.004/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 31/8/2017).

Exatamente como no caso em tela em que a entrada dos policiais na residência não se deu com base em denúncia anônima, mas em diligência após o relato da menor D. C. da C. (e-STJ fl. 587). Nesse sentido: RHC 99.427/SC, desta Relatoria, DJe 15/8/2018.

Quanto à autoria delitiva, bem de ver que a questão não prescinde do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial. Incidência do Enunciado n. 7/STJ . A propósito:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. Concluindo a Corte de origem, a partir da análise do arcabouço probatório existente nos autos, acerca da autoria e materialidade delitiva assestadas ao acusado, o intuito de abrigar o pleito defensivo absolutório por insuficiência de provas, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário aprofundado revolvimento do contexto*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fático-probatório, incabível em recurso especial, conforme já assentado pela Súmula n. 7/STJ.*

[...]

3. *Agravo improvido.* (AgRg no AREsp 1386792/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 21/05/2019)

Com relação ao pedido de reconhecimento do princípio da insignificância, importante destacar que "prevalece nesta Corte o entendimento de que afigura-se inaplicável o princípio da insignificância ao delito de tráfico ilícito de drogas, porquanto trata-se de crime de perigo presumido ou abstrato, sendo irrelevante a quantidade de droga apreendida em poder do agente" (EDcl no HC n. 463.656/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 24/10/2018).

No que diz respeito à análise desfavorável dos vetores judiciais da personalidade e das consequências do crimes, parcial razão assiste à defesa.

Quanto às consequência do delito, nenhuma irregularidade se constata, isso porque os delitos foram cometidos dentro da residência onde morava um menor, o que representa violação dos direitos do adolescente de ser educado e viver em ambiente livre de drogas e outros ilícitos.

Essa corte possui entendimento no sentido de "não configura constrangimento ilegal as exasperações das penas-base, justificadas pelas circunstâncias dos crimes, que extrapolam os elementos inerentes aos tipos penais e revelam maior desvalor das ações" (HC n. 344.832/SP, desta Relatoria, DJe 29/2/2016).

Já em relação à personalidade, vale destacar que ao contrário do que entendeu o Tribunal de origem (e-STJ fl. 485), a Terceira Seção deste Superior Tribunal decidiu que "eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para

# *Superior Tribunal de Justiça*

desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente. Precedentes da Quinta e da Sexta Turmas desta Corte" (EAREsp n. 1.311.636/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, 3ª S., DJe 26/4/2019).

Nesse contexto, necessária a realização de nova dosimetria da pena.

Utilizando-se os mesmos cálculos efetuados na origem, apenas decotando o vetor judicial da personalidade tido por desfavorável, fica a pena do recorrente estabelecida em 10 (dez) anos, 4 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", parte final, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial para afastar a vetor judicial da personalidade, redimensionando a pena do recorrente para 10 (dez) anos, 4 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator